

TECNOLOGIA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE

Ms.Lidiane Silva dos Santos¹

Ms. Mirian Pereira da Silva²

Dr.José Flávio da Paz³

A incorporação de tecnologias no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para a promoção de práticas pedagógicas acessíveis e significativas. Embasado nos pressupostos de Mantoan (2001/2003), que destacam a inclusão como um direito inalienável e um processo que respeita as singularidades, Eunice Mendes (2015), que reforça a importância da formação continuada para os professores do AEE, capacitando-os a utilizar tecnologias de maneira eficaz e sensível às necessidades dos estudantes. Pretto (2020), enfatiza que a tecnologia deve ser compreendida como meio de emancipação, enquanto Freire (2001) nos lembra que a educação, incluindo o uso de estratégia inovadora, deve ser um ato libertador e dialógico. A prática pedagógica relatada explora o uso de plataformas interativas e recursos digitais que potencializam a autonomia e proporcionam a acessibilidade segundo Piccolo (2016). Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória, realizando ainda uma análise reflexiva sobre a formação do professor do atendimento educacional especializado e o uso da tecnologia como estratégia de ensino. Os resultados da pesquisa demonstraram que a integração entre a formação docente contínua, os princípios de acessibilidade e as tecnologias educacionais é determinante para a promoção de um ambiente escolar equitativo.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia PGEDA/Associação em rede Educante, Polo- Universidade Federal de Rondônia. E-mail: lydysyl1212@hotmail.com.

²Mestre em Educação pela Univale, polo Faculdade Católica. E-mail: mirianmusic@gmail.com

³Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas-PPGECH/UFAM. E-mail: jfpaz@unir.br



Palavras-chave: Tecnologia, Atendimento Educacional Especializado, Acessibilidade Escolar, Formação Continuada

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

Glat, R. (2017, agosto). Desafios e ações do Estado, família e sociedade na participação e protagonismos das pessoas com deficiências. Palestra Magna do Congresso Estadual das APAEs do Paraná, Londrina, PR, 45.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

Mendes, E. G. (2011). Inclusão escolar pela via da colaboração entre Educação Especial e educação regular. *Educar em Revista*, 41, 81-93.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 23 de junho de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado em 23 junho de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

PICCOLO, Gustavo Martins. Porque devemos abandonar a ideia de educação inclusiva. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 44, e260386, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ywPj7Z3kdhmL5PLtQhN63hv/>

PRETTO, N. de L. (Org.). *Tecnologia e novas Educações*. Salvador/Bahia: Edufba, 2005. v. 1, 230 p.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Recuperado em 23 junho de 2018 de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

Vygotsky, L. S. (1997). The history of the development of higher mental functions. In *The Collected Works of L. S. Vygotsky* (Vol 5, pp.97-121). New York: Kluwer Academic.



